

vas, além de que suas ferramentas epidemiológicas não são sensíveis aos conflitos de interesses, e as variações no campo das relações entre profissional e paciente acabam por não conseguir responder à singularidade de cada situação apresentada na atenção básica. Segundo o autor, a utilização acrítica dessas ferramentas (Programação em Saúde, *Guidelines* e Medicina Baseada em Evidências) pode tornar-se um obstáculo a mais para a ampliação da clínica e para a construção de um diálogo que desconstrua a pretensão totalizante e generalizante da ação em saúde.

Finalizando, acreditamos que alguns recursos apontados pelo autor como essenciais para as equipes que agem com antiprotocolos, deveriam estar no cerne de uma construção ampliada de saúde, e que contribuiria para ações interdisciplinares, quais sejam: (i) as reuniões de equipe, que associem a fraternidade da troca à necessária objetividade dos projetos e discussões; (ii) o projeto terapêutico singular, que supera o individual do caso clínico para pensar na rede social e familiar que conforma o sujeito doente; (iii) uma anamnese ampliada; (iv) a visita domiciliar como um recurso importante de acesso à dinâmica familiar. Os pontos anteriores, olhados cuidadosamente, fazem-nos pensar que o trabalho em saúde, suas dificuldades e impasses não significam derrotas absolutas, mas nos ensinam a superar estes sentimentos e construir uma prática na qual a incompletude aponta para a necessidade de trabalhar com a alteridade e a horizontalidade das relações em direção a um projeto interdisciplinar e humano.

Martha Cristina Nunes Moreira
Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.
moreira@if.fiocruz.br

1. Campos GWS. Saúde paidéia. São Paulo: Editora Hucitec; 2003.

A CIÊNCIA COMO PROFISSÃO: MÉDICOS, BACHARÉIS E CIENTISTAS NO BRASIL (1895-1935). Sá DM. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 216 pp. (Coleção História e Saúde).

ISBN: 85-7541-077-6

O livro *A Ciência como Profissão: Médicos, Bacharéis e Cientistas no Brasil (1895-1935)* tem uma primeira qualidade, que se desdobra em várias outras: uma escrita clara e bem elaborada, capaz de desenhar uma problemática atraente e agradável, característica não muito comum aos trabalhos científicos, como bem mostra a autora. Junte-se a isso o fato de que este livro traz à baila uma temática importante no processo de constituição da modernidade no Brasil: as bases da formação de uma comunidade científica orientada por parâmetros que se estabeleciam como dominantes nos países mais avançados.

Mas como se conta essa história? Qual é exatamente a história a ser contada? Começando pela primeira pergunta, o como, encontra-se, no primeiro capítulo, uma rica discussão da historiografia da ciência e, subordinada a ela, de uma forma um tanto truncada, da sociologia da ciência, ou, pelo menos, de uma versão dela que a autora por vezes chama de "*análise institucional*". A perspectiva apresentada tem o mérito, inegável, de chamar a atenção para alguns equívocos his-

tóricos resultantes de abordagens tão marcadamente paulistas que acabam deixando de lado fatos relevantes, como a criação da primeira universidade no Brasil, em 1920, no Rio de Janeiro. Entretanto, a insistência em "*inverter a tradicional causalidade sociológica contexto/produção de textos*", em vez de levar a uma "*reflexão pluricausal*", cria dificuldades para realizar a proposição ampla: "*compreender como os cientistas brasileiros das primeiras décadas do século XX, ao informar os traços e perfis que reconheciam então em si mesmos, estavam escrevendo contra os padrões estabelecidos, idealizando na verdade uma nova identidade e um novo sentido para seu mundo*". A apresentação dos discursos é extremamente bem feita, mas alguns leitores podem ficar desapontados pela ausência de uma descrição mais trabalhada dos "*traços e perfis*" objetivos desses atores.

Quanto à segunda questão: qual é a história contada? Na verdade, tem-se aqui uma "*história da corte brasileira*" em período de mudança política e social (a virada do século XIX ao XX), vista particularmente pelo ângulo das percepções distintas do que seria o verdadeiro trabalho científico, da transformação do sentido que se atribuía à cultura e da representação que se fazia, em nosso país, do que deveria ser o "*homem culto*". As facetas distintas desse "*homem culto*" são evidenciadas nos embates entre os antiquados bacharéis com sua vocação literária, pomposa e retórica, e os novos cientistas, distantes da linguagem do "*belo*" para tentar chegar ao "*racional*". Assim, assistimos a disputas (verbais, ou no máximo, por cargos...) algumas vezes ferozes, nas quais, aparentemente, mais que desenvolver aquilo que já foi chamado de "*saberes modernos*", tratava-se de denegrir as formas antigas do pensamento "*enciclopédico*", considerado então um empecilho ao progresso que a ciência prometia.

No segundo capítulo, a autora mostra que aquilo que outrora se constituía em motivo de orgulho, nossa glória intelectual, nossos autores e oradores donos de amplos (mesmo que pouco profundos) conhecimentos sobre o mundo, passam a ser objeto de chacota, de crítica desdenhosa por parte da "*sociedade culta da capital federal*". Os intelectuais (uma lista imensa de possibilidades: "*doutores, cronistas, bacharéis, parlamentares, poetas, publicistas, declamadores, médicos, letristas, escritores, conferencistas, acadêmicos, filólogos, romancistas, artistas, oradores, polemistas, professores, prosadores, polígrafos, sábios ou homens de ciências, conhecedores de várias línguas, líricos*") eram pessoas bem nascidas, formalmente educadas e passíveis de classificação tanto como "*homens de letras*" ("*enciclopédicos e políglotas, seu delicado espírito fora educado pela literatura*") quanto como "*homens de ciências*" ("*porque por elas ilustrados*").

No quadro da sociedade do século XIX, dominava uma cultura "*auditiva*" na qual a difusão do conhecimento se fazia fundamentalmente de forma oral, por meio de conferências, tribunas parlamentares, lições, memórias. Perfeitamente adaptados a ela, nossos intelectuais de outrora expressavam também uma representação tradicional do mundo onde o título de doutor transfigurava-se numa série de privilégios sociais. E, nesse ponto, surge uma indagação que perpassa todo o livro, ainda que não se explicita como tal: quais seriam os elementos propriamente sociais que poderiam distinguir aqueles que eram chamados de intelectuais ou literatos daqueles que ficaram conhecidos como cientistas? Pela forma da narrativa, fica difícil distin-

guir características específicas de um e outro grupo, de forma a explicar sua diferenciação. É interessante observar que a perspectiva que os intelectuais generalistas, tradicionais, tinham do significado e do lugar social do seu trabalho, o critério de legitimação das suas atividades, não se distancia demais, e muito menos se opõe àquele dos cientistas: um certo senso de missão, fundado no domínio do conhecimento (generalista, entre os intelectuais, especializado, entre os cientistas). E quando se combina essa perspectiva com a idéia de que aos doutores cabiam inúmeros privilégios, chegase a outra das indagações que o livro suscita: a proposta inovadora dos cientistas representava uma crítica objetiva ao tradicionalismo dos bacharéis? Avançaria essa proposta para além da especialização, redefinindo o conteúdo do mérito acadêmico? Não há indícios de uma resposta positiva. Ao contrário: se a crítica aos bacharéis se aprofunda (no capítulo 3, são expostas as agruras por que passaram os literatos na tentativa de se estabelecer como grupo profissional especializado e bem definido) os cientistas não se constroem por buscar as glórias tradicionais, como o pertencimento à Academia Brasileira de Letras! Nesse ponto, insinua-se com maior força, uma problemática de natureza, talvez, um tanto excessivamente teórica e que já se mostrara no primeiro capítulo: ao escolher tratar as idéias ou os textos como possíveis criadores de novas situações históricas, por atraente que possa parecer tal procedimento metodológico, corre-se o risco de perder capacidade explicativa. E é exatamente o que acontece aqui: além das preferências pessoais ou intenções, o que poderia explicar a diferenciação no interior de um corpo de intelectuais cujas trajetórias individuais tinham muito mais a juntá-los que a separá-los? E, ao tratar do processo de atribuição de um novo sentido a um determinado tipo de atividade, ela mesma tomando novas facetas, a autora nos brinda com um belíssimo material (textos e discursos) que provoca questões, centrais para a explicação do desenvolvimento de um grupo profissional, mas que são deixadas de lado pela reduzida atenção dada aos atores e agentes responsáveis não só pelo discurso, mas também pela inauguração de novas práticas sociais.

O capítulo 4 avança na caracterização do debate que se estabeleceu na tentativa de criticar o bacharelismo e, ao mesmo tempo, enaltecer e reforçar a especialização do conhecimento, que avançava a passos largos – no exterior. Esse debate era ainda marcado pela oralidade e pelas mesmas – ou quase – tribunas do século anterior.

O panorama internacional, objeto do capítulo 5, mostrava então um conjunto de modelos ou paradigmas que eram, ao mesmo tempo, exemplo a seguir e parâmetro embrionário das formas, cada vez mais necessárias, da padronização da linguagem científica. A tendência à internacionalização das práticas científicas, que acontecia mesmo no Brasil e contava com a participação ativa dos nossos compatriotas, foi um recurso social importante para os cientistas brasileiros, na busca da afirmação do seu lugar como profissionais da ciência.

O sexto capítulo finaliza o livro mostrando os documentos e discursos que foram instrumentos da luta dos novos cientistas no processo de estabelecimento de uma legitimidade para sua existência como grupo social, na sua busca pelo reconhecimento social de suas atividades. Como não poderia deixar de ser, essa

legitimidade constrói-se sobre as mesmas bases das formas anteriores de dominação no campo intelectual, juntando diferenças de substância, é claro, mas mantendo as formas institucionais. É importante destacar isso: as instâncias de consagração social permanecem as mesmas: academias, institutos, sociedades literárias e científicas, participação no debate político. Cabe observar que as formas institucionais novas são apenas mencionadas, aparecendo como fruto deste trabalho de instituição que foi, na verdade, realizado pelo conjunto dos cientistas participantes dos embates públicos do início do século XX. Assim, é citada a criação das universidades no formato moderno e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por exemplo. No entanto, a obra peca por omissão ao não mencionar a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), resultado do mesmo esforço e incluindo personagens importantes tanto na área das ciências biológicas como das exatas, além de educadores.

Essa questão traz de volta a classificação feita deste livro como uma “*história da corte*”: trata-se de um belo trabalho, que lida com o aparecimento de um corpo profissional de cientistas, ou melhor, com o desenvolvimento de um conjunto de idéias que geram condições favoráveis a este processo. Aqui, repete-se a observação feita em relação à proposta teórica, que acaba reduzindo, pelo menos parcialmente, o alcance do estudo ao escolher tratar dos discursos e idéias, deixando de lado seus autores. Mas a essa questão se junta uma outra: são raras as menções ao trabalho científico na área de engenharia, por exemplo. Mesmo dos profissionais que atuavam na “*corte*”. E mais raras ainda são as menções a profissionais de outros estados (só alguns poucos casos em São Paulo). Com isso, o estudo restringe a noção de “*cientista*” não só a uma única região geográfica, como também a uma única área do conhecimento, considerando apenas os expoentes das ciências biológicas no Rio de Janeiro.

Mas, desse ponto de vista, talvez a omissão mais importante seja outra: para a discussão do desenvolvimento das idéias de cientificidade e especialização do trabalho científico, não há qualquer alusão ao livro essencial de José Murilo de Carvalho sobre a Escola de Minas de Ouro Preto. Não se trata de cobrar a presença de um autor, bastante, e merecidamente, citado ao longo do texto. Na verdade, trata-se de indicar que a contribuição dessa instituição teria sido decisiva para o entendimento do processo de constituição da profissão científica no nosso país, tanto do ponto de vista da internacionalização deste campo, visível na formação, qualidade e atuação do corpo docente daquela instituição, quanto do ponto de vista da especialização do trabalho em ciência, bem clara na criação dos seus departamentos e na organização do currículo e das atividades de formação.

O livro *A Ciência como Profissão: Médicos, Bacharéis e Cientistas no Brasil (1895-1935)* percorre inúmeros e bem elaborados caminhos para tratar do seu tema. Nesse percurso permanece o problema da definição, da construção social de um ator coletivo, de um grupo profissional, pois vemos apenas a nebulosa de idéias que contribuiu para isso, mas desconhecemos os sóis e planetas que originaram essas idéias, os atores ou agentes que se denominavam cientistas. Como já foi bem demonstrado pela sociologia, um nome coletivo raras vezes é apenas um nome. Em geral, um nome

esconde atrás de si uma gama de pessoas e atividades, um conjunto de modos de agir e de pensar particulares, uma instituição, no sentido sociológico do termo. Ainda assim, no conjunto, trata-se de um livro excelente, bem escrito e com um profundo trabalho de pesquisa documental. É louvável também pela visão crítica que tem da historiografia, tão bem delineada no primeiro capítulo. Os pontos sobre os quais se argüi representam uma espécie de homenagem (à moda sociológica, é bom dizer) que tenta, a partir de um texto provocativo e estimulante, inferir algumas questões contextuais!

Maria Lígia de Oliveira Barbosa
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
mligia@ifcs.ufrj.br

EPIDEMIOLOGIA CRÍTICA: CIÊNCIA EMANCIPADORA E INTERCULTURALIDADE. Breilh J. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006. 317 pp.

ISBN: 85-7541-095-4

Escrever esta resenha é retomar um diálogo que estabeleci com este trabalho por duas vezes: na defesa de tese de doutorado e na elaboração do prólogo da edição em espanhol, reproduzido nesta edição em português. Em todos esses momentos e agora, a percepção foi a de um trabalho complexo e muito bem elaborado sob diversas perspectivas – a temática, a metodologia e a exposição. Nele, o autor procura trazer para a discussão a longa experiência acumulada como epidemiólogo e militante da medicina social latino-americana.

Um ponto de partida importante para se entender este livro é que, embora traga em seu título a palavra epidemiologia, ele ultrapassa este campo e reflete o posicionamento do autor frente à compreensão da complexidade do processo saúde-doença em suas múltiplas interfaces: sociais, econômicas e políticas. Acertadamente, aparece em seu título, acompanhando a palavra epidemiologia três noções: crítica, ciência e interculturalidade. Para Breilh, a construção de “*uma nova ciência, crítica e multicultural*” não se limita a “*um novo arranjo de velhas idéias e fórmulas funcionalistas, vestidas com a roupagem sedutora de uma tecnologia de ponta*”, trata-se da elaboração de um projeto complexo e desafiador de inovação teórica e prática. Devo dizer que o livro trabalha um projeto audacioso, que alcança plenos resultados, como fruto de um trabalho metódico de investigação, associado a uma perspectiva analítica que se volta para a epistemologia da saúde, num espaço no qual a principal vertente é derivada da teoria crítica.

Retomo algumas considerações que fazem parte do prólogo da edição original. Nele, anoto: “*O livro encadeia oito capítulos densos*”. Uma Introdução detalhada oferece ao leitor uma orientação para acompanhar a análise epistemológica do autor, apresentando uma multiplicidade de idéias que evidenciam a estreita relação que o autor estabelece entre a construção epidemiológica dessa “epidemiologia crítica” e uma concepção emancipadora da práxis, que tem por base o “*espaço e o tempo do saber*”. O trabalho está extremamente bem concatenado e nele os pólos epistemológico, teórico, morfológico e técnico necessários a uma investigação interagem dialeticamente, e o projeto teórico e os exemplos empíricos completam-se harmoniosamente. Ressalto do arcabouço teórico as definições-

chave utilizadas pelo autor: teoria da necessidade, as concepções sobre os direitos humanos, as categorias e formas de interpretar a qualidade de vida e seus determinantes, os preceitos e mecanismos da segurança humana e a elasticidade das operações preventivas e das ações em prol da saúde. Assim, fica claro que às questões científicas e políticas somam-se as questões éticas – que Breilh denomina com uma expressão muito feliz: “*a ética do modo de vida*”. Nessa interface da ciência, da política e da ética está o cerne da construção de uma epidemiologia crítica – reflexiva e processual.

As três dimensões – científica, política e ética – constituem as bases de uma epistemologia como reflexão e de uma ciência como processo. Para o autor, é claríssimo que a construção da nova epidemiologia requer um trabalho que se ocupe dos aspectos ontológicos, epistemológicos e praxiológicos. Ao longo da Introdução, o autor vai expondo e adensando o seu projeto, trazendo para o interior da discussão as questões que, tanto no campo geral do conhecimento, como no específico da saúde, vêm desafiando os estudiosos. Ao recorrer a uma extensa bibliografia, submete-a a um juízo crítico, revelando, ao lado disso, a originalidade de suas posições. Retoma o problema do objetivismo e do subjetivismo; das relações macro-micro na determinação dos fenômenos de saúde, analisando de forma bastante clara os limites reducionistas da polarização destas dimensões, quando vistas isoladamente. De outro lado, ao tratar do objeto saúde, expõe de forma didática, como este complexo objeto se dimensiona nos aspectos acima citados. Destaco, que, ao se opor a uma visão reducionista da saúde, o autor volta-se para um ponto que me parece fundamental em sua elaborada construção deste objeto: que a sua complexidade e multidimensionalidade exigem dos epidemiólogos (e por extensão, dos outros estudiosos, incluindo, obviamente os da área das ciências humanas) uma perspectiva que o analise como construção intercultural e interdisciplinar.

Não se trata de analisar ponto a ponto questões que o autor apresenta nos oito capítulos deste livro, mas não se pode deixar de salientar a relevância de algumas colocações que são fundamentais para a compreensão da saúde. Lembraria, por exemplo, a distinção entre “*uma teoria totalizadora sobre a saúde*” e a “*construção de uma narrativa meta-crítica ou meta-discurso, que compreenda a realidade como totalidade*”. Para o autor, a saúde coletiva deveria integrar conhecimentos de base científica e aqueles formulados pelas próprias culturas, o que redundaria em um saber ampliado em suas elaborações e aplicações. Para chegar a esse ponto, o autor recupera a sua trajetória na construção teórica de compreensão da saúde como processo multidimensional, tomando, inicialmente, como categoria central a reprodução social e como proposta interpretativa a de perfil epidemiológico, enfatizando o conceito de classe social. Como relata, posteriormente, iria incorporar os processos de gênero e éticos para a compreensão da “*inequidade*” e seu resultado: a desigualdade.

No primeiro capítulo, as relações episteme e práxis social são abordadas, a fim de evidenciar como os conceitos científicos avançam ou retrocedem. Destaco a posição do autor quando assinala que “*as metanarrativas são necessárias para trabalhar a construção intercultural do saber e a negociação entre expressões emancipadoras de culturas distintas, em direção a uma práxis transformadora*” (p. 98).